


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015654-27.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Silvana Aparecida de Assis**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 1.621/13

Vistos etc.

SILVANA APARECIDA DE ASSIS, qualificada nos autos, moveu a presente ação de cobrança contra PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 23 de fevereiro de 2013 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00.

A ré não compareceu à audiência preliminar de tentativa de conciliação, deixando de oferecer contestação, ao que a autora pugnou pelo julgamento antecipado da lide e aplicação da pena de revelia.

A despeito da revelia, determinou o Juízo a realização de prova pericial, na medida que não havia nos autos um mínimo de prova documental/médica, atestando a alegada incapacidade para o trabalho, nem tampouco no sentido de que, existindo, fosse essa incapacidade permanente.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual se manifestou a autora reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Renovado o devido respeito ao entendimento da autora, o caso não comporta a aplicação da pena de revelia, pois conforme asseverado pelo Juízo, “*A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em face à revelia do réu é relativa, podendo ceder a outras circunstâncias constantes dos autos, de acordo com o princípio do livre convencimento do juiz*” (STJ-4ª Turma, REsp. 47.107-MT, rel. Min. César Rocha – in THEOTÔNIO NEGRÃO¹).

O laudo pericial médico apurou que “*a pericianda apresenta uma incapacidade parcial e temporária para exercer suas atividades normais, podendo ser readaptada para exercer outra função de menor complexidade. Baseado nos fatos narrados na inicial esta (sic) estabelecido o nexo causal. Após o acidente não houve diminuição da capacidade laboral da autora, esta não apresenta sequelas, tampouco invalidez*” (fls. 39/42).

Ou seja, a autora está apta para o trabalho.

¹ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 424, nota 6 ao art. 319.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Sob o aspecto jurídico, temos que a pretensão da autora nesta ação refere-se à indenização DPVAT, que segundo previsto no art. 3º *caput*, da Lei nº 6.194/74, deve ter por fundamento os eventos *morte, invalidez permanente ou despesas médicas e suplementares*.

Não há, portanto, com o devido respeito, qualquer previsão de indenização para a hipótese. Assim, ante a ausência de invalidez, incabível a pretensão de pagamento do seguro DPVAT, que é devido nos casos de invalidez permanente, total ou parcial.

A autora sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P.R.I.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de Direito

São Carlos, 10 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**